

Carta Eletrônica de Conjuntura Econômica

Ano 3, Número 29, julho de 2005.

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - CEPE

cepe@unisc.br

.....EDITORIAL

Se na edição de junho alertávamos para o momento político mais crítico desde o lançamento da Carta de Conjuntura, agora, com as novas denúncias, parece-nos que neste mês de julho a situação - novamente, do ponto de vista político - está tão ou mais complicada. Se já não bastasse o *mensalão*, surgiram novos fatos numa esteira de denúncias que parece ainda não ter acabado - desde transporte de dinheiro (desta vez realmente em malas!) ao suposto esquema envolvendo o INSS e a FIRJAN, já desde o governo anterior.

Mas o importante é que até o momento a economia não tem se abalado com estes fatos. Senão vejamos: a taxa de câmbio fechou o primeiro semestre com queda acumulada de 12,06 % e os principais indicadores de preço apresentaram deflação no mês de junho. Como nem tudo são flores, a Bolsa de Valores de São Paulo caiu 4,37 %, o que indica mais um cenário de dificuldades das empresas em função da política monetária *apertada* do que qualquer outro movimento - até mesmo a própria política monetária, com o elevado juro real, contribui para isto, ao estimular mais a aplicação de recursos no mercado financeiro.

Também a previsão do Banco Central para este ano foi revista para 5,8 % ano ano, enquanto que no relatório de março estava em 5,5 % - a meta para 2005 é de 5,1 %. Além disto, a previsão de crescimento do PIB foi revista para baixo, de 4 para 3,4 %. Entre os motivos para esta queda da taxa de crescimento está a quebra da safra agrícola - especialmente pelos efeitos da seca no estado, não só sobre a produção agrícola em si mas também sobre a renda dos agricultores e, em consequência, sobre a demanda no comércio em geral e na indústria de máquinas e insumos agrícolas em especial.

Em outros tempos, já comentamos na edição anterior, instabilidades políticas como esta teriam *explodido* a cotação do dólar e provocado uma fuga de capitais. Pelo contrário, o que mais se nota é a entrada de divisas, seja para o mercado financeiro seja como resultado das exportações, que, apesar da valorização do real, continuam batendo recordes. Se o cenário econômico aponta, no momento, para estabilidade no segundo semestre, dependendo do andamento das investigações em Brasília poderemos, no entanto, ter uma deterioração das condições macroeconômicas. Para isto, é fundamental o restabelecimento da credibilidade do governo e o sucesso na reforma ministerial, que até agora não tem colaborado para ampliar a base de apoio do governo no Congresso Nacional.

Este e outros assuntos são nosso tema nesta edição, cuja análise inicia com o já

tradicional levantamento de preços em Santa Cruz do Sul e, sempre desejando uma boa leitura, esperamos as críticas e sugestões para nosso endereço eletrônico.

.....SUMÁRIO

- ◆ **CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL 29 DE JUNHO 2005.**
- ◆ **CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 29 DE JUNHO DE 2005.**
- ◆ **CORRUPÇÃO VERSUS ECONOMIA.**
- ◆ **PORQUE A SELIC PODE NÃO BAIXAR EM JULHO.**
- ◆ **CONJUNTURA ECONÔMICA DE JULHO.**

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL, 29 DE JUNHO DE 2005.

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul foi de – 2,09 % no período de 1º a 29 de junho de 2005, passando de R\$ 453,91 para R\$ 444,39. Por grupo de despesa, os produtos de Higiene Pessoal ficaram estáveis, a Alimentação no Domicílio reduziu em 2,05 % e os produtos de Limpeza Doméstica reduziram 0,04 %.

Dos 60 produtos pesquisados, 35 tiveram redução de preço neste período, 19 aumentaram o preço e 06 permaneceram estáveis. A maior contribuição para a redução do custo do Cesto Básico foi da Batata Inglesa (contribuição de – 0,77 %), seguida da Carne de Frango (contribuição de – 0,37 %) e da Cenoura (contribuição de – 0,31 %). Os produtos que mais contribuíram para segurar a redução do custo do Cesto Básico foram a Carne Bovina (contribuição de 0,52 %) e a Erva Mate (contribuição de 0,24 %).

Com este resultado, o Cesto Básico em Santa Cruz do Sul fecha o primeiro semestre de 2005 com uma variação acumulada de 2,62 % e, nos últimos doze meses, uma deflação de 1,257 %.

Os produtos utilizados para composição do Cesto Básico referem-se a um conjunto de produtos mais consumidos, obtidos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UNISC junto à famílias com renda familiar inferior a 10 salários mínimos em Santa Cruz do Sul.

Veja o resultado do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul em 29 de Junho de 2005.



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	1 de Jun de 05		29 de Jun de 05		VAR. %	CONTRI- BUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
Grupo: Higiene Pessoal								
01. Absorventes	pct/10	0,72	2,0567	1,4808	1,9064	1,3726	-7,3081	-0,0238
02. Desodorante	90 ml	1,35	2,6825	3,6214	2,6027	3,5136	-2,9761	-0,0237
03. Lam. Barbear	unid	2,08	0,9407	1,9666	0,9242	1,9223	-1,7541	-0,0076
04. Papel Higiênico	rolo	7,74	0,4957	3,8366	0,5428	4,2011	9,5012	0,0803
05. Pasta Dental	90 g	1,44	1,6088	2,3166	1,5988	2,3022	-0,6216	-0,0032
06. Sabonete	90 g	4,24	0,6938	2,9415	0,6825	2,8938	-1,6216	-0,0105
07. Shampoo	500 ml	0,73	4,3683	3,1889	4,2867	3,1293	-1,8695	-0,0131
Total / variação grupo:				19,3423		19,3348	-0,0017	
Grupo: Alimentação no Domicílio								
01. Aipim	kg	2,58	1,2400	3,1992	0,8750	2,2575	-29,4355	-0,2075
02. Alface	pé	3,66	0,8550	3,1293	0,8725	3,1934	2,0468	0,0141
03. Arroz	2 kg	4,79	3,2229	15,4375	3,2956	15,7857	2,2557	0,0767
04. Açúcar	2 kg	4,1	2,3320	9,5612	2,1460	8,7986	-7,9760	-0,1680
05. Banana	kg	3,19	1,5717	5,0136	1,5550	4,9605	-1,0604	-0,0117
06. Banha	kg	1,62	4,3633	7,0686	4,3633	7,0686	0,0000	0,0000
07. Batata Doce	kg	1,37	1,4675	2,0105	1,2850	1,7605	-12,4361	-0,0551
08. Batata Inglesa	kg	7,53	1,7900	13,4787	1,3243	9,9719	-26,0176	-0,7726
09. Beterraba	kg	1,53	1,8125	2,7731	1,8125	2,7731	0,0000	0,0000
10. Biscoitos	500 g	2,22	2,2590	5,0150	2,3456	5,2071	3,8316	0,0423
11. Café Moído	500 g	1,08	5,1686	5,5821	4,9238	5,3177	-4,7367	-0,0583
12. Carne Bovina	kg	8,53	5,7000	48,6210	5,9817	51,0236	4,9415	0,5293
13. Carne Frango	kg	5,96	3,1867	18,9925	2,9067	17,3237	-8,7866	-0,3676
14. Carne Suína	kg	1,98	10,7100	21,2058	10,1975	20,1911	-4,7852	-0,2236
15. Cebola	kg	2,33	1,4200	3,3086	1,0167	2,3688	-28,4038	-0,2070
16. Cenoura	kg	1,73	1,9625	3,3951	1,1275	1,9506	-42,5478	-0,3182
17. Cerveja	grf	4,29	1,5521	6,6587	1,6000	6,8640	3,0833	0,0452
18. Cigarros	maço	15,26	2,3000	35,0980	2,3000	35,0980	0,0000	0,0000
19. Erva Mate	kg	2,55	3,0800	7,8540	3,5080	8,9454	13,8961	0,2404
20. Ext. Tomate	370 g	1,21	1,7938	2,1704	1,9413	2,3489	8,2230	0,0393
21. Far. Mandioca	kg	0,34	3,0650	1,0421	3,2717	1,1124	6,7428	0,0155
22. Farinha Trigo	kg	7,89	1,2629	9,9639	1,2388	9,7737	-1,9089	-0,0419
23. Feijão Preto	kg	3,53	2,6300	9,2839	2,5386	8,9612	-3,4764	-0,0711
24. Fermento	100 g	2,94	3,9813	11,7049	4,0267	11,8384	1,1408	0,0294
25. Fósforos	pct/10	0,88	1,9110	1,6817	2,0260	1,7829	6,0178	0,0223
26. Gás de Bujão	13 kg	0,96	33,0000	31,6800	33,0000	31,6800	0,0000	0,0000
27. Laranja	dz	2,87	1,8468	5,3003	1,6331	4,6869	-11,5741	-0,1352
28. Leite Natural	l	22,8	1,3771	31,3989	1,3240	30,1872	-3,8589	-0,2669
29. Lingüiça	kg	0,68	14,1950	9,6526	13,5611	9,2216	-4,4656	-0,0950
30. Maizena	500 g	0,51	2,9950	1,5275	2,8817	1,4697	-3,7841	-0,0127
31. Margarina	250 g	3,66	1,2731	4,6594	1,2935	4,7343	1,6082	0,0165
32. Massas	500 g	2,83	2,0233	5,7260	1,8511	5,2386	-8,5118	-0,1074
33. Maçã	unid	3,7	0,4892	1,8099	0,3597	1,3310	-26,4588	-0,1055
34. Nata	kg	0,48	4,7600	2,2848	4,7657	2,2875	0,1200	0,0006
35. Nescau	500 g	0,8	3,2863	2,6290	3,2038	2,5630	-2,5105	-0,0145
36. Ovos	dz	3,84	2,4020	9,2237	2,5350	9,7344	5,5371	0,1125
37. Pipocas	500 g	0,76	1,4880	1,1309	1,5680	1,1917	5,3763	0,0134
38. Pão Francês	500 g	10,67	2,1600	23,0472	2,1600	23,0472	0,0000	0,0000
39. Refrigerante	l	6,55	0,9517	6,2334	0,9475	6,2061	-0,4378	-0,0060
40. Repolho	kg	2,03	0,7400	1,5022	0,6900	1,4007	-6,7568	-0,0224
41. Sagú	500 g	0,49	2,8220	1,3828	2,5950	1,2716	-8,0439	-0,0245
42. Sal	kg	1,75	0,7871	1,3775	0,7743	1,3550	-1,6334	-0,0050
43. Tomate	kg	2,29	2,3825	5,4559	2,3313	5,3386	-2,1511	-0,0259
44. Vinagre	grf	1,39	0,9750	1,3553	1,0700	1,4873	9,7436	0,0291
45. Óleo de Soja	900 ml	3,15	2,4180	7,6167	2,4800	7,8120	2,5641	0,0430
Total / variação grupo:				408,2433		398,9214	-2,0537	
Grupo: Limpeza Doméstica								
01. Alvejantes	l	0,67	1,6220	1,0867	1,5357	1,0289	-5,3197	-0,0127
02. Bombril	pct/8	1,52	1,8817	2,8601	1,9217	2,9209	2,1258	0,0134
03. Cera Assoalho	450 g	0,78	8,6900	6,7782	8,6944	6,7817	0,0511	0,0008
04. Det./Desinfet.	500 ml	1,9	1,5021	2,8541	1,4964	2,8432	-0,3804	-0,0024
05. Esfregão Aço	unid	0,52	0,6092	0,3168	0,5860	0,3047	-3,8030	-0,0027
06. Sabão Barra	500 g	4,05	1,0837	4,3890	1,0701	4,3341	-1,2523	-0,0121
07. Sabão em Pó	800 g	1,08	5,7450	6,2046	5,6425	6,0939	-1,7842	-0,0244
08. Vassoura palha	unid	0,23	7,9800	1,8354	7,9800	1,8354	0,0000	0,0000
Total / variação grupo:				26,3250		26,1428	-0,0401	
CUSTO TOTAL				453,9106		444,3991	-2,0955	
VARIAÇÃO						-2,0955		

CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 29 DE JUNHO DE 2005

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo da Cesta Básica Nacional em Santa Cruz do Sul foi de – 2,05 % no período de 1º a 29 de junho de 2005, passando de R\$ 136,13 para R\$ 133,34. Dos 13 produtos pesquisados, 08 tiveram redução de preço neste período, 03 apresentaram elevação e 02 permaneceram estáveis.

A maior contribuição para esta redução do custo da Cesta Básica Nacional foi da Batata Inglesa (contribuição de – 2,05 %), seguida pelo Tomate (contribuição de – 0,33 %), Feijão Preto (contribuição de – 0,30 %) e Leite Tipo C (contribuição de – 0,29 %). O produto que mais contribuiu para segurar a redução do custo da Cesta Nacional foi a Carne Bovina (contribuição de 1,36 %). Com este resultado, a Cesta Básica Nacional encerra o primeiro semestre de 2005 com uma elevação de 7,04 %, enquanto que nos últimos doze meses o acumulado indica uma deflação de 4,25 %.

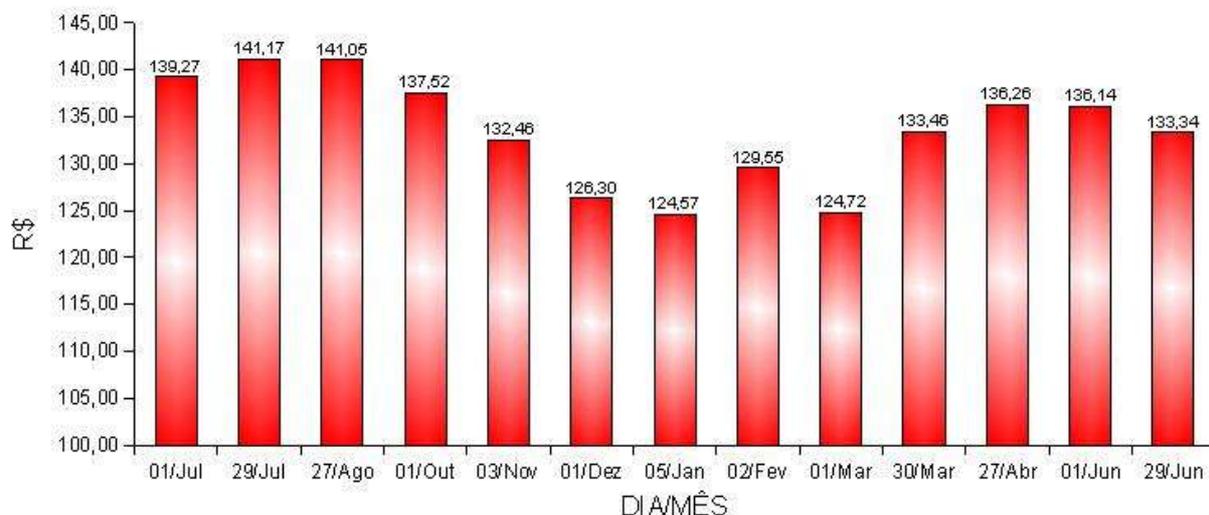
Em Porto Alegre o mesmo conjunto de 13 produtos custa R\$ 182,05 no levantamento feito pelo DIEESE para o mês de junho, perdendo o posto de capital com o custo mais elevado dentre as pesquisadas para São Paulo. Na capital gaúcha, a variação da Cesta Básica Nacional alcançou 4,18 % em 2005 e uma queda de 0,56 % nos últimos doze meses.

Para a aquisição do conjunto de 13 produtos da Cesta Básica Nacional, um trabalhador de Santa Cruz do Sul que receba um salário mínimo mensal precisa trabalhar 97,78 horas, enquanto que no início de maio eram necessárias 115,29 horas de sua jornada mensal. Da mesma forma, a partir dos gastos com alimentação é possível estimar-se o salário mínimo necessário para o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Seguindo a mesma metodologia utilizada pelo DIEESE, o valor para o mês de junho de 2005 em Santa Cruz do Sul deveria ter sido de R\$ 1.111,80 para uma família composta por dois adultos e duas crianças.

A Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei nº. 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil. Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

[Veja o resultado do custo da Cesta Básica Nacional em Santa Cruz do Sul, em 29 de Junho de 2005.](#)

CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	1 de Jun de 05		29 de Jun de 05		VAR. %	CONTRIBUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
01.Arroz	2 kg	1,5	3,2229	4,8343	3,2956	4,9433	2,2557	0,0801
02.Açúcar	2 kg	1,5	2,3320	3,4980	2,1460	3,2190	-7,9760	-0,2049
03.Banana	kg	6,3	1,5717	9,9015	1,5550	9,7965	-1,0604	-0,0771
04.Banha	kg	0,9	4,3633	3,9270	4,3633	3,9270	0,0000	0,0000
05.Batata Inglesa	kg	6	1,7900	10,7400	1,3243	7,9457	-26,0176	-2,0525
06.Café Moído	500 g	1,2	5,1686	6,2023	4,9238	5,9085	-4,7367	-0,2158
07.Carne Bovina	kg	6,6	5,7000	37,6200	5,9817	39,4790	4,9415	1,3655
08.Farinha Trigo	kg	1,5	1,2629	1,8943	1,2388	1,8581	-1,9089	-0,0266
09.Feijão Preto	kg	4,5	2,6300	11,8350	2,5386	11,4236	-3,4764	-0,3022
11.Leite Natural	l	7,5	1,3771	10,3286	1,3240	9,9300	-3,8589	-0,2928
10. Margarina	kg	0,75	1,2731	0,9548	1,2935	0,9701	1,6082	0,0113
12.Pão Francês	500 g	6	2,1600	12,9600	2,1600	12,9600	0,0000	0,0000
13.Tomate	kg	9	2,3825	21,4425	2,3313	20,9813	-2,1511	-0,3388
CUSTO TOTAL				136,1382		133,3421		-2,0539
VARIAÇÃO						-2,0539		

CORRUPÇÃO VERSUS ECONOMIA.

André Carraro acarraro@unisc.br

Esse mês de junho pode ter sido um divisor de águas no governo Lula. Após 25 anos da sua fundação, o Partido dos Trabalhadores vê seus principais nomes ligados à construção do que parece ser uma quadrilha especializada em capturar renda e transferi-la para o partido. Por isso, nesse mês, vou deixar de lado a tradicional análise de conjuntura para tentar escrever um pequeno texto de economia política.

A construção do Partido dos Trabalhadores de certa forma está ligada à construção de um monopólio. Desde as primeiras crises políticas vividas pelo Brasil, no início dos anos 80, o Partido dos Trabalhadores sempre se apresentou como a sigla concentradora dos políticos honestos e capazes. De uma forma bem estrutura, o Partido dos Trabalhadores investiu no marketing baseado na divulgação da sigla como sendo o Partido que possuía a moral coletiva e a ética individual. A moral coletiva porque o Partido dos Trabalhadores tinha descoberto o que seria o bem-estar social. E ética individual porque cada membro do partido tinha um assim por dizer, comprovante de honestidade, ao portar uma carteira do partido.

Esse era o diferencial do partido em relação aos demais concorrentes do mercado eleitoral. Claro que acrescido da sua raiz socialista como forma de buscar o bem-estar social, já que o capitalismo era caricaturizado por uma desproporcional luta de classes. Em suma, todo petista era visto como um ser especial. Por algum motivo a natureza tinha selecionado uma espécie diferente de pessoas que possuíam um código genético que os diferenciava dos demais no campo político. Às vezes um pouco sonhador, às vezes um pouco romântico, um tanto quanto despido dos interesses econômicos, bom companheiro. Enfim, ser petista era bom demais.

Eram as pessoas certas para se dar o poder. Afinal de contas o petista era desapessoado do poder. E durante anos, eleição após eleição, ficávamos com a sensação que a política era perversa mesmo. O domínio do poder econômico nunca iria permitir que o Partido dos Trabalhadores chegasse ao poder federal. Alguns municípios pequenos, vá lá; mas o governo estadual e federal era impossível.

No entanto, eleitos foram e tiveram a oportunidade de comprovar que poderiam fazer mais e melhor. Não fizeram nem um nem outro. Ou melhor, o fizeram. Em pouco mais de dois anos, o Partido dos Trabalhadores parece ter construído um forte esquema de captura de recursos públicos para fins privados. Esse é o conceito clássico adotado pelo Banco Mundial para descrever corrupção. Mas, fizeram mais. Diferente de outros governos que foram acusados de corrupção no Brasil, desta vez, a corrupção foi institucionalizada por um partido. Em outras palavras, as acusações anteriores eram de casos de corrupção, mas nunca houve uma denúncia de um partido que sistematizou-a.

Fazendo isso, o Partido dos Trabalhadores parece ter conseguido criar uma fonte rentosa

de recursos, sempre escassos para o financiamento de campanhas. Ao agir dessa forma, o partido, simplesmente, comportou-se como descrito pelos manuais de economia política. Buscou o poder para beneficiar-se dele.

Posto isso, precisamos começar a entender que ética pessoal e coletiva não é monopólio de ninguém. Mais que isso, a sociedade brasileira precisa entender que corrupção não se combate com acusações individuais, mas com uma firme reforma no Estado brasileiro. Uma mudança nas normas e nas instituições públicas, para assim mudarmos os incentivos fornecidos tanto para os corruptos como para os corruptores.

PORQUE A SELIC PODE NÃO BAIXAR EM JULHO

Túlio Marques Jr. marquesjr@ppge1.ppge.ufrgs.br

Num primeiro momento a profusão de índices de inflação apresentando valores negativos (deflação) parece indicar que chegou a hora dos juros caírem. Porém, quatro fatores indicam que essa pode não ser a realidade para a próxima reunião do COPOM: uma possível reversão futura da taxa de câmbio valorizada; o valor elevado do barril de petróleo no mercado internacional; a projeção da inflação futura (5% para 2006) acima da meta estabelecida (4,5%) e os problemas relativos à crise política, que ameaça o risco Brasil e a própria confiabilidade das instituições.

Reza a boa doutrina econômica que uma vez que os preços subam a autoridade monetária não deve buscar que eles voltem aos números anteriores e sim deixar que a relação de preço se ajuste ao novo patamar. A deflação traria mais desequilíbrio aos preços relativos, sem benefícios para a economia. Nesse sentido, a deflação atual deveria ser seguida por uma queda na taxa de juros.

Ocorre que o BC atua visando a taxa de inflação futura para que os consumidores possam se programar quanto ao endividamento e os empresários quanto aos investimentos. Nesse sentido, a inflação futura não apresenta perspectiva de deflação, muito pelo contrário. O primeiro fator problemático é a atual taxa de câmbio. Nesse patamar já ocorrem sinais de inversão do saldo do balanço comercial. Quando essa percepção se generalizar o Real deverá desvalorizar.

A consequência disso é um aumento do preço dos importados, principalmente insumos, que são importantes na composição de grande parte dos produtos de consumo final. Cabe observar que parte da pressão por reajuste de derivados de petróleo é compensada pela valorização do Real. Uma possível manutenção do preço do barril de petróleo e uma desvalorização do câmbio podem trazer grande revés para a inflação futura.

Porém não há uma previsão de queda significativa do valor do barril de petróleo. A sabotagem à produção no Iraque não apresenta possibilidade de ser extirpada e não há consenso quanto ao aumento da produção na OPEP. Estamos num momento de consumo baixo devido ao verão no hemisfério norte. Quando chegar o inverno, o consumo para aquecimento e o preço devem subir. Em algum momento do ano que vem, a Petrobrás deve utilizar seu poder de monopólio e aumentar os preços dos derivados, até porque ela tem assegurado esse direito por contrato.

As previsões dessa semana para a inflação de 2006 são de 5%, valor 11% acima da meta de inflação de 4,5%. Fazer a inflação chegar à meta nesse cenário não será tarefa fácil. Por isso é de se imaginar que a prudência com que o BC tem pautado sua atuação nos últimos anos deve indicar a manutenção da meta SELIC no patamar atual por mais um mês.

E essa prudência deve ser maior quando há problemas institucionais graves. Ainda não é

possível assegurar a isenção do Presidente da República e do Ministro da Fazenda nos episódios envolvendo corrupção, sendo que eles são os sustentáculos da política econômica em vigor. Além disso, parte dos agentes políticos – sindicatos, empresários e políticos de esquerda – busca substituir a atual política econômica por outra de resultados a curto prazo e conseqüências nefastas no futuro.

A conjugação desses fatores não permite ao Banco Central demonstrar qualquer flexibilidade quanto ao compromisso de perseguir as metas de inflação, sob pena dos agentes econômicos desacreditarem de sua seriedade e suspenderem investimentos e financiamento para consumo, além dos investidores internacionais retirarem seus recursos do Brasil provocando a temida desvalorização do Real e mais inflação.

Em resumo, enquanto as expectativas de inflação não convergirem para a meta, tendo os agentes econômicos levado em consideração as ameaças acima descritas e a crise política não amainar, não é prudente uma redução significativa da SELIC. Pior cenário seria aquele em que a taxa cairia num primeiro momento para posteriormente ter de subir mais ainda devido aos reveses citados. Nesse caso, os agentes que acreditassem na queda continuada poderiam ver-se com sérios problemas de caixa.

CONJUNTURA ECONÔMICA DE JULHO.

Fábio Mayrinck fabiohenrique@ppge1.ppge.ufrgs.br

Não é hora de baixar os juros! Considerando o **IGP-M** como indicador de inflação, temos que os preços no Brasil começaram a ceder. Começamos a sentir o impacto da política monetária restritiva implementada pelo Banco Central do Brasil nas últimas reuniões do COPOM: a taxa básica de juros da economia (**SELIC**) que começou a subir na reunião de 18/08/04, quando estava em 16% ao ano, chegou a 19,75% ao ano na reunião de 18/05/05 e se manteve estável na última reunião em 15/06/05, porém tal elevação dos juros não foi suficiente para deflacionar o IPCA. Se considerarmos o **IPCA-15**, vemos que, embora a inflação tenha diminuído, não estamos sofrendo a deflação indicada pelo IGP-M. Considerando o IPCA médio nos primeiros 5 meses do ano de 0,63 %, teremos que o indicador de inflação utilizado pelo Banco Central para medir a inflação no Brasil aponta uma inflação em 2005 de cerca de 7,8%, “bem” acima da meta de 5,1% estabelecida previamente pelo próprio Banco Central. Sendo assim, certamente o governo (Banco Central) manterá o aperto monetário nas próximas reuniões do COPOM, o que inclusive foi suposto na ata da última reunião do COPOM.

Não só as preocupações com a inflação atual e futura devem guiar a política do Banco Central nas próximas reuniões, mas também os riscos de que a crise política da CPI dos Correios/Mensalão venha a criar expectativas pessimistas e pressões desnecessárias sobre o câmbio e a inflação. Se a solidez da economia em face da crise política demonstra que, se por um lado a política econômica (monetária) seguida pelo governo é a correta, de outro lado não deve ser afrouxada justamente quando mais se espera que o governo atue diluindo qualquer expectativa ou pressão inflacionária.

Outro bom motivo para o Brasil não reduzir seus juros em curto prazo são os juros internacionais. Em 30/06 o Banco Central Americano (FED) elevou os juros básicos dos EUA pela 9ª vez consecutiva, jogando a taxa básica de juros do mundo em 3,25% e reduzindo o interesse por aplicações no resto do mundo. Tal decisão não foi muito percebida no Brasil e o dólar continuou “achatado”, porém, assim como no Brasil, o FED anunciou que é muito provável que venha a elevar ainda mais os juros nas próximas reuniões. Se não sentimos o impacto da notícia de imediato, certamente sentiremos quando novos aumentos vierem. Quando for o momento, será ótimo se o Brasil tiver reforçado sua blindagem contra fugas de capitais e tal reforço deve ser feito agora, não reduzindo os juros, talvez até aumentando na próxima reunião.

